

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Álvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Álvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 126.ª Sessão Ordinária
Realizada em 3 de Agosto de 1973 — (6.ª-Feira)
LEI N.º 10-73

DATA: — 02 de agosto de 1973

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar um ginásio estadual no Distrito de Jardimópolis, Município de Leopoldina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Jardimópolis, Município de Leopoldina, um ginásio estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 02 de agosto de 1973

Oswaldo Santos Lima — Presidente

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Agui-naldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nac-eli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior, (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 60-73

Curitiba, 23 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia de Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Clínica de Nervos de Londrina, objetivando o internamento de doentes mentais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Termo Aditivo de Renovação de Convênio que se celebra entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Clínica de Nervos de Londrina, para internamento aos doentes mentais

Aos 15 (quinze) dias, do mês de março, do ano de 1.973 (um mil novecentos e setenta e três), na sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, à Rua Barão do Rio Branco, nesta cidade de Curitiba, presentes os Srs. Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Paraná, e o Prof. Dr. João Carmeliano de Miranda, Proprietário da Clínica de Nervos, situada na cidade de Londrina, foi por ambos assinado o Termo Aditivo de Renovação ao Convênio firmado em 26 de janeiro de 1967, objetivando o atendimento, na Clínica supra mencionada de doentes, sem recursos encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental, conforme autorização governamental, aposto no Protocolo n.º 05308 de 1.º de março, de 1973, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 34 de 23 de abril de 1973.

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Pelo atendimento médico-hospitalar aos doentes mentais, devidamente assistidos, obriga-se a Secretaria de Saúde, a pagar mensalmente à Clínica de Nervos, a importância de Cr\$ 9.135,00 (nove mil e cento e trinta e cinco cruzeiros), sendo à Cr\$ 14,50 (quatorze cruzeiros e cinquenta centavos), por leito dia ocupado, em número de 21 (vinte e um) leitos, perfazendo o total anual, de Cr\$ 109.620,00 (cento e nove mil e seiscentos e vinte cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA: — O presente Convênio de Renovação, terá a duração de 1 (um) ano, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, de 1.973, podendo ser revisto e atualizado para os exercícios subsequentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: — As despesas decorrentes do presente Convênio correrão a conta da Dotação da Atividade 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Verba 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos — Subconsignação 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios, empenhada na Contadoria Central do Estado sob n.º 3117 e na Contadoria Seccional, desta Pasta sob n.º 402, no que se refere ao presente exercício.

CLÁUSULA QUARTA: — São mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Convênio firmado em 25 de janeiro de 1967, (um mil novecentos e sessenta e sete), que ora se renova e que não colidirem com as condições deste Termo.

E, por haverem assim justo e contratado o presente Termo Aditivo de

Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário de Saúde Pública e o Proprietário da Clínica de Nervos de Londrina e demais testemunhas.

Dr. Ivan B. Fontoura — Secretário de Saúde Pública

Dr. João Carmeliano de Miranda — Proprietário da Clínica de Nervos de Londrina

as. ilegível — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

MENSAGEM N.º 61-73

Curitiba, 23 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S. A. da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento no Hospital supra referido de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Termo Aditivo de Renovação de Convênio que se celebra entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S.A., da cidade de Ponta Grossa

Aos 15 (quinze) dias, do mês de março, do ano de 1.973 (um mil novecentos e setenta e três), na sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, à Rua Barão do Rio Branco, nesta cidade de Curitiba, presentes os Senhores Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Paraná e o Sr. Tadeu Luiz Salles, Diretor Superintendente, do Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S. A., situado na cidade de Ponta Grossa, foi por ambos assinado o presente Termo Aditivo de Renovação de Convênio, que firmaram ao Termo de Convênio de 28 de março de 1967, objetivando o atendimento no Hospital supra referido de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental, conforme autorização aposto no Protocolo sob n.º 05308, de 1.º de março, de 1973, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado, sob n.º 34 de 23 de abril de 1973.

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Pelo atendimento médico-hospitalar, aos doentes mentais, devidamente assistidos, obriga-se a Secretaria de Saúde, a pagar mensalmente ao Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S.A., a importância de Cr\$ 14,50 (quatorze cruzeiros e cinquenta centavos) por leito dia, num total de 21 (vinte e um) leitos, perfazendo ao mês Cr\$ 9.135,00 (nove mil, cento e trinta e cinco cruzeiros), totalizando a importância anual de Cr\$ 109.620,00, (cento e nove mil e seiscentos e vinte cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA: — O presente Termo de Renovação, entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1973, podendo ser renovado e atualizado para os exercícios subsequentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: — As despesas decorrentes do presente Convênio de Renovação, correrão pela Dotação da Atividade 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Verba 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos — Subconsignação 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios, empenhada sob n.º 3119 na Contadoria Central do Estado e n.º 404 na Contadoria Seccional desta Pasta, no que se refere ao presente exercício.

CLÁUSULA QUARTA: — Considerar-se-á rescindida a presente concessão se não forem cumpridas as Cláusulas anteriores deste Convênio de Renovação, pelas partes celebrantes.

CLÁUSULA QUINTA: — São mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Termo de Convênio firmado em 28 de março de 1967, protocolado sob n.º 04341 de 9 de março de 1967, do Palácio do Governo, que ora se renova e que não colidirem com as condições deste Termo.

E, por haverem assim justo e contratado este Termo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário e o Diretor Superintendente do Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S. A., e demais testemunhas.

Dr. Ivan B. Fontoura — Secretário de Saúde Pública

Sr. Tadeu Luis Salles — Diretor Super. do Hospital Psiquiátrico F. Rocha S.A. de Ponta Grossa

ass. ilegível — Testemunha

Glaci Albuquerque — Testemunha

MENSAGEM N.º 62-73

Curitiba, 23 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Sanatório Shangri-lá S.A., da cidade de Londrina, objetivando o internamento e assistência a doentes mentais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Termo Aditivo de Renovação de Convênio que se celebra entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Sanatório Shangri-Lá S.A., da Cidade de Londrina, para internamento e assistência a doentes mentais

Aos 15 (quinze) dias do mês de março do ano de 1.973 (um mil novecentos e setenta e três), na sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, à Rua Barão do Rio Branco, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o Senhor Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Paraná, e por outro lado a Sra. Irma Carolina de Moraes Nicolau, Diretora Presidente do Sanatório "Shangri-Lá", situado na cidade de Londrina, foi por ambos assinado o presente Termo Aditivo ao de Renovação firmada ao Convênio de 23 de janeiro de

1967, tendo em vista, a autorização Governamental sob n.º 05306 de 1.º de março de 1.973, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 34 de 23 de abril de 1973.

CLAUSULA PRIMEIRA: — Para o atendimento médico-hospitalar, a 40 (quarenta) doentes mentais, devidamente assistidos, a Secretaria de Saúde obriga-se a pagar ao Sanatório Shangri-Lá S.A., a importância de Cr\$ 14,50 (quatorze cruzeiros e cinquenta centavos) por leito dia realmente ocupado, perfazendo mensalmente, a quantia de Cr\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos cruzeiros), totalizando anualmente a importância de Cr\$ 208.800,00 (duzentos e oito mil e oitocentos cruzeiros).

CLAUSULA SEGUNDA: — A despesa decorrente do presente Convênio, correrá à conta da Dotação da Atividade — 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Verba 3.1.0.0 — Despesa de Custeio — Consignação ... 3.1.4.0 — Encargos Diversos Subconsignação 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios, empenhada na Contadoria Central do Estado sob n.º 3118 e na Contadoria Seccional desta Pasta, sob n.º 403, no que se refere ao presente exercício.

CLAUSULA TERCEIRA: — O presente Termo Aditivo de Renovação vigorará por um ano a contar de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1973, podendo ser renovado e atualizado para os exercícios subsequentes.

CLAUSULA QUARTA: — São mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Termo de Renovação de Convênio firmado em 28 de janeiro de 1967, protocolado sob n.º 01700 de 30 de janeiro de 1967, do P.G., que ora se renova e que não colidirem com as condições deste Termo.

E por haverem assim justo e contratado o presente Termo Aditivo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário e a Diretoria Presidente do Sanatório Shangri-Lá de Londrina e demais testemunhas.

Dr. Ivan B. Fontoura — Secretário de Saúde Pública
ass. ilegível — Testemunha
pp. Sra. Irma Carolina de Moraes — Dir. Presidente Sanat.
Shangri-Lá S.A.
(Ass. ilegível) — Secretária
ass. ilegível — Testemunha

MENSAGEM N.º 63-73

Curitiba, 23 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — para a realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Renovação de Convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — através do setor Paraná, da coordenação Regional VII, para realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná

Aos 15 (quinze) dias, do mês de março, do ano de 1.973 (um mil novecentos e setenta e três), no Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, em Curitiba, presentes os Sr. Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário desta Pasta, e o Dr. Ernani Guimarães Fernandes da Motta, Superintendente da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, deliberaram assinar o presente Convênio, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, visando acelerar a execução de medidas profiláticas indicadas no combate às Endemias Rurais no Paraná, conforme a autorização Governamental exarada no Protocolo sob n.º 05305 de 1.º de março de 1.973, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 34 de 23 de abril de 1.973.

CLAUSULA PRIMEIRA — A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM — realizará por intermédio de seu Setor do Estado do Paraná, da Coordenação Regional VII, durante o ano de 1973, as seguintes atividades: a) — Campanha contra a Doença de Chagas; b) — Campanha contra a Malária; c) — Campanha contra Esquistossomose; d) — Campanha contra a Febre Amarela; e — Campanha contra a Tracoma; f) — Campanha contra o Bócio Endêmico; g) — Campanha contra a Verminiose; h) — Campanha contra a Varíola; i) — Campanha de Educação Sanitária.

CLAUSULA SEGUNDA: — Caberá ao Setor Paraná de Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, contribuir para os trabalhos das Campanhas com pessoal técnico administrativo, de laboratório, de campo, motoristas, mecânicos e ainda, veículos bombas aspersoras, peças e acessórios para veículos, combustíveis, lubrificantes, uniformes, impressos, inseticidas, moluscocidas medicamentos, material de limpeza e expediente e diárias de alimentação e pousada para movimentação de todo o pessoal de campo e de supervisão.

CLAUSULA TERCEIRA: — A Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, contribuirá para a execução do programa de combate às endemias, com a importância mensal de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), perfazendo o total anual de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), para atender as despesas de qualquer natureza no combate às endemias, Setor Paraná, correndo as despesas pela Dotação do Programa, digo, Dotação de Atividades 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Unidades Executoras 3201 — Gabinete do Secretário — Verba 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos — Subconsignação 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios, empenhado na Contadoria Seccional desta Pasta sob n.º 406 e na Contadoria Central do Estado sob n.º 3121 no que se refere ao presente exercício.

CLAUSULA QUARTA: — O presente Convênio, entrará em vigor à 1.º de janeiro, até 31 de dezembro de 1973, podendo ser renovado e atualizado para os exercícios subsequentes.

CLAUSULA QUINTA: — A Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, poderá contribuir também com pessoal, material, e veículos para o bom andamento dos trabalhos das campanhas.

CLAUSULA SEXTA: — A comprovação dos recursos recebidos, será feita

diretamente pelo setor Paraná, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, sendo os comprovantes das despesas quitadas em nome do Setor Paraná, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, do Ministério de Saúde.

CLAUSULA SÉTIMA: — O presente Convênio, poderá ser recindido de comum acordo ou por uma das partes, cessando a sua vigência só após 60 (sessenta) dias, da data da comunicação.

E por haverem assim justo e contratado o presente Termo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário e o Superintendente da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e demais testemunhas.

Dr. Ivan B. Fontoura — Secretário de Saúde Pública
Dr. Ernani Guimarães Fernandes de Motta — Superintendente da Super. Camp. Saúde Pública.
ass. ilegível — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

MENSAGEM N.º 64-73

Curitiba, 31 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva conceder à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente ao dos atuais subsídios de Governador do Estado.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos elevados interesses da Administração, eis que, retratando preocupação do Governo do Estado e de todo o Povo Paranaense, visa a adoção de providências legais no sentido de conceder o pretendido benefício à viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, do qual o recente falecimento marcou em nossa Terra um doloroso e triste acontecimento, quando o Paraná veio perder um de seus mais ilustres e valerosos homens, que, então, ocupava a Suprema Magistratura do Estado.

Por outro lado, caracterizando a grande necessidade de concessão da pensão em questão, merece ser destacado o fato de que a viúva do finado Governador Parigot de Souza, não possui nenhum rendimento, quer de origem patrimonial ou de atividade remunerada.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, à Sra. Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governador do Estado.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 204, 205, 206, 207 e 208-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs:

3-73: — Do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Serviço de Obras Sociais da cidade de Sertãoópolis, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.426. Agradeça-se.

22-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 17-73, que objetiva alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob o n.º 11, no loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, para as finalidades que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.427. — Agradeça-se.

56-73: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 35-73, que objetiva alterar a redação da letra H, inciso III, do artigo 3.º da Lei n.º 6.316, de qual convertido em Lei tomou o n.º 6.428. — Agradeça-se.

6-73: — Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que declara de utilidade pública, a "Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba CABE-FUNC", o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.429. — Agradeça-se.

17-73: — Do Senhor Deputado Borsari Netto, que declara de utilidade pública, o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.430. Agradeça-se.

36-73: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao médico "Dr. Felix do Rego Almeida", o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.432. — Agradeça-se.

71-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 41-73 que autoriza o Poder Executivo anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado nesta Capital e doado pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros àquele Instituto, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.431. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento ontem ocorrido na cidade de Cornélio Procopio, do Senhor João Grigoravicius.

O extinto antigo morador da cidade mercê de sua simplicidade e modéstia, grangeou a amizade e estima de todos. Deixa inúmeros parentes, dentre os quais o seu filho, Vereador Francisco Grigoravicius, autêntico líder político proponente e vice-Presidente da Câmara Municipal.

Requer outrossim, que do presente se dê ciência a Excelentíssima Família enlutada, através de expediente desta Casa.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1973.

a) Rosário Pitelli

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Moura de Andrade, residente no Município de Quitandinha, ocorrido em data de 1.º de agosto do corrente.

O extinto era pessoa muito relacionada em seu Município, onde além de exercer atividades comerciais, presidia o Diretório local do MDB.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1973.

a) Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão Rubens Baena, ocorrido em data de ontem, em nossa Capital.

O extinto era pessoa dos mais altos princípios morais e cristãos, deixando, além de esposa e filhos, um grande número de amigos que muito o estimavam pela sua conduta sempre digna e honrada.

Assim, justo é, que pelos seus méritos receba o desaparecido, as homenagens do povo paranaense através do registro de seu nome nos anais históricos deste Poder.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

REQUER:

1.º — seja inserto na Ata dos Trabalhos desta Sessão, um Voto de Congratulações, à Industrial Madeireira do Paraná S.A., de Cascavel, pelo transcurso do Jubileu de Prata de suas atividades, a registrar-se no próximo dia 4 do mês em curso.

3.º — seja, ainda, dado ciência desta decisão através de expediente de Ilustríssimo Senhor Renato Festugatto, Diretor-Presidente da empresa.

3.º — seja, ainda, dado ciência desta decisão através de expediente de inteiro teor, ao Senhor Presidente da Federação Paranaense das Indústrias, engenheiro Mário De Mari.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 03 de agosto de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

A história da conquista e desbravamento da região oeste do Paraná, e especialmente, da cidade de Cascavel, que foi o polo irradiante de toda aquela atividade que integrou aquela vasta porção do território à economia do Estado, constitui-se, por seus lances de coragem, de dedicação e de espírito de sacrifício para ocupação da terra, em verdadeira saga de heroísmo que os pósteros haverão de reconhecer como fator determinante ao aceleramento do processo de desenvolvimento, sócio-econômico e cultural de todo nosso Paraná.

Dentre as diversas levas de colonizadores, oriundos, especialmente, dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, destacaram-se aqueles grupos que já vinham com a decisão de ficar, de ocupar o solo de maneira definitiva, de ligar o seu destino ao da terra que escolheram por livre e espontânea vontade e que, à partir de então, passaria a ser sua, por direito de escolha e por direito de conquista e, mais que tudo, pelo direito que tem raízes no trabalho honrado e na fraterna comunhão de espírito que presidia às ações daqueles que no longínquo ano de 1948 quando Cascavel não passava ainda de simples Distrito do Município de Foz do Iguaçu ali se estabeleceram acreditaram no futuro e lançaram as bases daquela que é hoje, a principal cidade do oeste paranaense.

RENATO FESTUGATTO, gaúcho de Caxias do Sul, estava entre aqueles pioneiros. Homem de ação e de visão, percebeu desde logo as potencialidades da região e decidiu-se não apenas pela exploração da gleba, mas principalmente pela criação de riqueza através de atividade industrial plantando assim, há cerca de um quarto de século, numa região inhóspita, a semente do desenvolvimento, porque, desde o início de sua atuação a firma Industrial Madeireira do Paraná por seu fundador e Diretor, deu provas sobejas de compreender o superior significado social da empresa numa sociedade livre e igualitária, quer retribuindo condignamente aqueles que colaboravam nas suas tarefas, não lhes faltando nos momentos de necessidade, quer recolhendo a tempo e à hora os tributos que terminaram por reverter em obras de interesses comunitário da cidade. Foi a IMAPAR — Industrial Madeireira do Paraná, S.A. — numa época em que quase todos apenas preocupavam-se em abater árvores, a pioneira em todo o Paraná na campanha de reflorestamento, inclusive já então adotando o espaçamento de 4 metros entre as árvores, determinação que o IBDF, acabou por oficializar recentemente, assim como também, baseado na política florestal da IMAPAR, foi decidido que o replantio no Oeste do Paraná só poderá ser feito mediante o uso de 100% de essências nativas, para não descaracterizar nossas metas. Hoje, a IMAPAR conta com cerca de 8 milhões de árvores em seu programa de reflorestamento e o Grupo Renato Festugatto, por seu trabalho e descortínio administrativo, expandiu-se em diversas outras ramificações, sendo responsável por centenas de empregos na cidade e região de Cascavel e constituindo-se um dos esteios da economia local.

RENATO FESTUGATTO, homem da livre empresa e defensor intransigente da liberdade de trabalho, sempre procurou, ao longo de sua atividade industrial e na vida particular como cidadão integrado à comunidade, contribuir para a solidificação da economia de Cascavel e de toda a região da qual a cidade é polo econômico e sempre encarou essas tarefas como um dever a cumprir para com a terra que escolheu para construir seu futuro. E tempo, agora, que o Poder Legislativo, reconheça oficialmente, que a luta, a dedicação e o sacrifício de RENATO FESTUGATTO e de todos seus colaboradores não são desconhecidos e, mais ainda, são apontados como exemplo a seguir para os bandeirantes modernos que estão a alargar as fronteiras de nosso Estado e que, por isso, registra com satisfação este Voto de Congratulações que estamos requerendo, na oportunidade em que a Industrial Madeireira do Paraná, S.A. IMAPAR, — comemora o Jubileu de Prata do início de suas atividades.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade do requerido e a justiça da homenagem pretendida e, assim, darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário, a aprovação de:

a) — voto de aplauso à atual administração da Agência do Banco do Brasil, S.A. de Francisco Beltrão, coordenada pelo seu Gerente, sr. Orozimbo de Assis Goulart Filho, secundada por dedicado corpo de funcionários, pelo magnífico trabalho desenvolvido em benefício do sudoeste paranaense;

b) — envio de apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A. Sr. Nestor Jost, e ao Diretor da 6.ª Região do BB, Sr. Walter Perachi de Barcelos, no sentido que seja brevemente criada uma agência no Município de Dois Vizinhos.

Do inteiro teor do presente Requerimento, solicita seja dado ciência aos Diretores acima referidos bem como ao Gerente da Agência de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

JUSTIFICATIVA:

I — Na história de desenvolvimento do sudoeste paranaense, Capítulo dos mais destacados contará da participação do Banco do Brasil S.A., desde a instalação da Agência pioneira de Pato Branco, em 1962, posteriormente vieram as agências de Francisco Beltrão, Palmas e, atualmente em processo de instalação a Agência de Santo Antônio do Sudoeste;

II — O atual Gerente da Agência de Francisco Beltrão, sr. Orozimbo de Assis Goulart Filho, assumindo em junho de 1971, revolucionou os negócios da Agência, com os mais positivos reflexos na economia regional. O elevado número de contratos da CREA (cerca de 5 mil) determinou que as aplicações no setor se elevassem em 1.080% ou seja, nos dois anos, em 10,8 vezes mais. Da mesma forma, incremento dos mais positivos, cerca de 400% verificou-se na CREGE (Crédito Geral);

III — Entretanto atinge a Agência de Francisco Beltrão à sua máxima capacidade de atendimento. Urge, para que prossiga em seu magnífico trabalho, o desmembramento de sua jurisdição. Embora em instalação a Agência de Santo Antônio do Sudoeste, a necessidade de outra já se faz sentir;

IV — Dois Vizinhos, Município sede de comarca, se nos afigura ideal para a abertura de uma nova Agência, não só pela sua posição geográfica mas, também, pelo destaque atual de sua economia em franco desenvolvimento. Possui a alta Administração do Banco do Brasil, Inspetores do BB e Poder Municipal;

V — Com a abertura da Agência de Dois Vizinhos, viria o Banco do Brasil completar a série das mais importantes agências do Sudoeste paranaense em momento dos mais auspiciosos da economia regional, em verdadeira explosão de desenvolvimento agrícola com plantio de soja.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que determine estudos, visando a instalação de uma agência na sede do Município de Cruz Machado.

Cidade que apresenta vida urbana desenvolvida e alta densidade econômica, está acompanhando o ritmo na dinâmica do processo de desenvolvimento do Estado.

Possuindo expressiva atividade bancária está de modo evidente, a exigir tal instalação cujo atendimento notadamente eficaz, daria condições para uma modalidade de ação muito maior, elevando, desta forma, o volume das diversas operações e, sobretudo motivando o empresariado local.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1973.

a) Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Governador João Mansur, pedindo que Sua Excelência encaminhe com urgência a esta Casa, a mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual. Pede, ainda, que este benefício seja concedido com sua vigência a partir do dia primeiro de agosto, para aliviar as dificuldades naturais que a classe vem enfrentando. Já de há muito tempo os servidores estaduais estão aguardando esta melhoria salarial, já estando se registrando uma situação de penúria em alguns setores, pois os atuais salários estão muito aquém da realidade nacional. Somente a decretação de aumento superior a quinze por cento poderá trazer um desafogo no orçamento do funcionalismo, cada vez mais distanciado de outras categorias funcionais do País, pois cada aumento concedido nem sempre acompanha os índices inflacionários, o que vai contribuindo para piorar o padrão de vida dessa laboriosa classe.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1973.

(a) Antonio Belinati.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 152-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferido ao Departamento de Estradas de Rodagem para conservação e melhoria a estrada que liga Marechal Mallet à Balsa de Paulo Pereira via Serraria Gugelmin, Passo do Meio e Fazenda Palmatal.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, reconhecidas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1973.

(a) — Mauricio Fruet

JUSTIFICATIVA:

A transferência da estrada objeto do presente Plano de Lei à responsabilidade do DER, para a conservação e melhoria, virá proporcionar aos moradores ao longo daquela via melhores condições de conforto pois irá beneficiar uma grande área produtora de cereais e outros produtos agro-pecuários, oferecendo maiores possibilidades de escoamento da produção aos centros consumidores.

Sendo aquela região essencialmente agrícola cuja expansão se faz notar

com acentuada rapidez, nada mais justo que o Estado venha através de seu departamento competente, dar melhores condições de desenvolvimento a uma região que muito contribui com os cofres públicos do Estado na arrecadação de I.C.M.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet. — (Pausa).

Não se encontrando presente o Deputado Maurício Fruet, concedo a palavra ao segundo inscrito, Deputado Antonio Belinatti.

O SR. ANTONIO BELINATTI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Participamos anteontem, no Rio de Janeiro, de uma Sessão Solene da Assembleia Legislativa, que promoveu a entrega do título de cidadão honorário da Guanabara a um paranaense que militou durante muitos anos na imprensa do Paraná, sendo dirigente da TV Coroados de Londrina.

Os Deputados cariocas prestaram homenagem ao Dr. José Arrabal, ex-diretor da TV Coroados de Londrina, hoje Diretor Geral da Rede Tupi de Televisão e Diretor Superintendente da TV Tupi do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, passaremos às mãos da douda Mesa um Requerimento dirigido ao Deputado João Mansur, no exercício do Governo do Estado, pedindo que S. Exa. encaminhe a esta Casa a Mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual. Pedimos ainda que este benefício seja concedido a partir de primeiro de agosto para aliviar as dificuldades naturais que a classe vem enfrentando.

Já de há muito tempo os servidores estão aguardando a melhoria salarial e já pudemos, em contato com muitos servidores constatar que há uma situação de desespero e penúria em vários setores do quadro de funcionalismo do Paraná, porque até agora, decorrido já um tempo relativamente grande do aumento dado aos servidores da União, do aumento concedido para o salário mínimo, vemos que aqui não há nenhum pronunciamento oficial por parte do Palácio Iguaçu não há nenhuma manifestação sobre o mês escolhido para esse aumento. Fala-se no próprio mês de agosto, mas como até agora nenhuma mensagem chegou à esta Casa, estamos cobrando, pedindo ao Sr. Governador, que este aumento, que esta vantagem seja decretada a partir de agosto. Somente assim o Governo estaria proporcionando uma melhor situação de vida para o servidor estadual.

Mas, por outro lado, de nada adiantaria o Governo dar um aumento irrisório apenas para dizer que concedeu o aumento, mas que esse aumento seja compensador porque, afinal de contas, faz mais de um ano que o funcionalismo público estadual não recebe aumento salarial e também pedimos que esse aumento seja superior a 15%. Pois, há tempos atrás, ouvia-se que esse aumento seria de 12%. E isso viria causar mais uma decepção para a laboriosa classe do funcionalismo público estadual. A inflação está aí, e o nosso servidor que ganha tão mal não pode ficar marginalizado. Enquanto que, no Paraná, uma professora primária não ganha mais de 500 cruzeiros iniciais, vemos que, no Estado de São Paulo o salário inicial de uma professora primária está acima de 900 cruzeiros. Isso demonstra que nosso funcionalismo público estadual está ganhando quase a metade do salário pago ao mesmo funcionário de São Paulo. Não há razão para essa desproporção tão grande, porque, afinal o Paraná é um Estado privilegiado, um Estado rico, com uma enorme produção de café e de soja. O Paraná tem tido sorte em sua arrecadação. Portanto, dinheiro existe. É preciso portanto, compressão por parte dos homens que manipulam os destinos do Paraná e na concessão de um salário realmente justo e que possa dar, ao nosso servidor, condições de uma vida razoável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na cidade de Londrina pudemos observar, na zona rural, uma situação grave, de desespero. O nosso trabalhador da lavoura está deixando a roça vindo procurar trabalho na cidade. Num rápido levantamento que efetuamos em Londrina, chegamos a constatar que as fazendas que tinham 30 famílias a seu serviço, estavam dispensando 15, 16 famílias, reduzindo, portanto, para mais da metade o número de famílias a seu serviço. Os fazendeiros alegam que não têm condições de dar aos seus trabalhadores, aquilo que determina o Estatuto do Trabalhador da Terra. Vemos então que nossos pais de família que dedicam tantos anos de trabalho à lavoura, deixando a enxada, saindo da expectativa, praticando a sua mudança e partindo para uma nova morada na cidade. E ali chegando, ele vai se desesperar ainda mais, porque a sua profissão, a sua capacidade é para trabalhar na lavoura, para produzir e não está preparado para enfrentar a cidade. Vemos então, Municípios como Londrina, com mais de 10 mil famílias desempregadas, alguns patrimônios de Londrina com o seu pequeno comércio desaparecendo; o pequeno comerciante não suportando mais a grande carga de impostos, vai cerrando as suas portas e vai também se transferindo para a cidade.

Vemos em alguns distritos e patrimônios, o nosso trabalhador chegando a tal ponto de arrancar a sua casa e levar a madeira para construir um pequeno barraco na cidade.

Numa reportagem que um canal de Televisão divulgou, pudemos verificar, talvez a mais chocante e revoltante situação, onde o trabalhador está habitando as instalações do Jockey Clube de Londrina e está morando nas cocheiras que outrora alojaram grandes animais que participaram de grandes prêmios no Jockey Clube de Londrina. Hoje, numa reportagem que realmente entristece por mais duro que seja o coração de quem quer que seja, nós vemos muitas famílias morando em cocheiras, sem sanidade, sem água encanada, sem luz.

É necessário que o governo vá lá verificar a situação de Londrina. É o retrato do norte do Paraná, do norte pioneiro, região onde o desemprego é grande, onde a miséria está campeando onde a lavoura está cedendo lugar para outras culturas que não precisam de tantas famílias. É preciso que o governo faça uma revisão no Estatuto do Trabalhador da Terra, para chegar um denominador comum, para dar aos patrões e empregados uma situação que possa, quem sabe, acabar com a grande crise social.

Uma cidade tão próspera e tão rica como Londrina, é inadmissível que tenha famílias morando em favelas e até mesmo em cocheiras.

É a situação que apresentamos, apelando para os homens do governo que deixam o turismo de lado, que deixem os grandes banquetes, que deixem as grandes "fournées" de lado e cheguem até os homens do campo, que deixem os altos clubes de lado por algum tempo e cheguem até o nosso homem tão sofrido, o nosso homem que não tem casa para morar, que já não tem mais emprego nas fazendas, devido a essa terrível situação criada por aqueles que ao invés de ajudar, estão servindo de grande espinho na vida e no caminho de nosso trabalhador. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaríamos de destacar a presença no Plenário, na Sessão de hoje, dos componentes da nova Diretoria da União Paranaense dos Estudantes que comparecem a esta Casa para convidar os Srs. Deputados para a posse da nova Diretoria, hoje à noite, aqui na Capital do Estado.

Queremos cumprimentar a Diretoria que hoje encerra seu mandato e desejar aquela que se empossa em data de hoje, sucesso pleno em suas atividades à frente dos estudantes secundaristas do Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo que nos traz à Tribuna na manhã de hoje é o mesmo que trouxe ontem o companheiro Iris Caldart: o drama interminável de nosso Estado que é o drama das estradas.

Na realidade, no interior do Paraná faltam estradas e sobram buracos. Tem-se a impressão que o Governo se esqueceu completamente de regiões vastas e altamente produtoras do interior paranaense, delas se lembrando apenas no momento de arrecadar e, delas se afastando completamente, se ausentando totalmente, no instante de devolver em favorecimento que se constituiria na alavanca para o progresso e para o desenvolvimento. Estamos convictos de que nosso Estado duplicaria sua produção a partir do momento em que fosse dotado de perfeitas vias de escoamento para sua produção.

Em matéria de estradas temos que reconhecer que estamos num atrozamente lamentável em relação a outros Estados da Federação, Estados com menores condições do que o nosso. Por que esta situação? Negligência dos responsáveis? Falta de liderança junto a Esfera Federal? Omissão? Má aplicação do dinheiro público? São indagações que merecem resposta. Não se justifica que em regiões ricas como o norte do Paraná, como o noroeste, como o oeste, como o sudoeste, encontremos estradas praticamente intransitáveis.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pena que não tenhamos aqui, para ler à Casa, publicação recente do "Estado de São Paulo" dando o número de quilômetros em estradas construídas pelo Governo Federal em cada Estado da Federação.

Com esses dados V. Exa. haveria de ter um subsídio valioso para a análise do problema de estradas do Paraná. V. Exa. verificaria a comprovação daquilo que tenho afirmado nesta Tribuna, que o Paraná nos últimos três anos viveu três pragas: a ferrugem, a geada e o Governo do Presidente Médici. Talvez a praga mais séria tenha sido a do Governo do Presidente Médici. Nenhum quilômetro de estrada asfaltada no Paraná. Mil e tantos quilômetros no Estado de Minas Gerais, quase mil quilômetros no Estado do Rio Grande do Sul e assim pelo País afora. O Paraná o grande esquecido da Administração Federal não só no setor de estradas mas em todos os outros mais. Por isso é que eu lamento não possuir aqui, de momento, estes números que eu pretendo dar a V. Exa. porque, na verdade, eles iriam reforçar os números estatísticos do próprio Governo Federal à afirmação de V. Exa. acerca do abandono das estradas paranaenses, abandonadas, como bem situa V. Exa., não só na área federal mas pelo descaso também que o Estado vem efetuando à conservação das mesmas. Parece-me, não quero culpar o DEK, que houve no Governo passado uma orientação no sentido de quase extinguir o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, substituindo o atendimento que ele dá, por convênios com os Municípios ou com empresas privadas.

Desta forma eu me reservo a, posteriormente, endossando plenamente as palavras de V. Exa., a oportunidade de lhe fornecer esses elementos para que V. Exa. deles faça uso.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ÁLVARO DIAS — Muito obrigado Deputado Sebastião Rodrigues Júnior que com sua vivência no Interior do Paraná mais propriamente no Sudoeste do Estado tem condições também de testemunhar o abandono das rodovias, no Estado do Paraná, esse abandono que muitas vezes coloca os geradores de riquezas em terrível situação de desespero. Nós não podemos entender, não se justifica de forma alguma, que se profete indefinidamente o asfaltamento de rodovias de fundamental importância com a que ligaria Campo Mourão a Cascavel, ou, ainda, Paranavai a Nova Londrina, a Porto São José; também não se justifica o abandono ou quase abandono em que se encontra a terceira rodovia em movimento de veículos deste País, a rodovia BR-369, no trecho Londrina - Maringá; outras rodovias do País, de menor importância, possuem pistas duplas, e, aquelas rodovias no setor rico do nosso Estado, quase que abandonado tem se constituído, em vista da omissão e da negligência das nossas autoridades, para muitos seres humanos, no caminho triste da morte. Nós, desde há muito temos batido nesta mesma tecla, outros companheiros também o têm, e preocupados com este abandono sobretudo no que se refere à conservação das rodovias já existentes, nós formulamos e esta Casa aprovou no primeiro semestre, um Pedido de Informação endereçado ao Governador do Estado; depois de longa espera recebemos a resposta, negativa, da Secretaria dos Transportes: — Qual o montante de recursos, oferecido pelo DNER para o Estado do Paraná, para a conservação das nossas rodovias, e, se o Paraná estava recebendo normalmente estes recursos, e, se não estava, qual a razão de ter o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem paralisado o fornecimento das parcelas a que tem direito o Estado do Paraná. E a resposta veio: — No ano passado, no ano de 1972 o Paraná recebeu a considerável soma de 8 milhões, 977 mil, 735 cruzeiros e 20 centavos, quase 9 bilhões de cruzeiros antigos, para a conservação de suas rodovias. Será que este montante foi devidamente aplicado na conservação de rodovias do Estado do Paraná? Pelo menos o estado dessas rodovias faz com que cheguemos à conclusão de que este montante não foi devidamente aplicado.

Em 1973 a soma destinada ao nosso Estado atinge a fábula de 9 milhões, 979 mil, 644 cruzeiros e 66 centavos, quase 10 bilhões de cruzeiros antigos, para a conservação de rodovias, e o Paraná, que até a data de hoje deveria ter recebido pelo menos a metade do montante pois já estamos na metade do ano, apenas recebeu a primeira parcela, atingindo 1 milhão, 440 mil, 582 cruzeiros e 92 centavos atingindo 1.440.582,90.

Porque teria o Paraná recebido apenas esta parcela?

Esta pergunta formulamos no Pedido de Informações, a resposta não veio. Talvez, é a conclusão a que chegamos, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem tenha retido o fornecimento das outras parcelas. Era a razão de não ter o Paraná aplicado realmente na conservação de rodovias, os recursos destinados para tal fim. Será que o Paraná aplicou realmente na conservação da rodovia todo este montante? Sinceramente, não acredito. Não acredito porque não há provas. As provas seriam estradas devidamente conservadas e elas estão totalmente abandonadas e desconservadas.

Lamentamos profundamente que o setor responsável pela Administração estadual, apesar dos robustos recursos, não cumpra com a sua responsabilidade além de não oferecer ao Paraná, rodovias em condições de perfeito tráfego. Restamos esperar agora com a nova fase na Administração pública estadual, as autoridades coloquem como prioridade fundamental a conservação das nossas rodovias para que possamos sentir nas regiões de alta produtividade, um estímulo maior, para que possa o Paraná aumentar a sua

produção e caminhar diretamente para um ritmo de desenvolvimento e de progresso, que espera a sua população. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 146-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 168-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e manutenção, a estrada municipal que liga as cidades de Cascavel à Capitão Leônidas Marques. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão — Em votação — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 147-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 136-68, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria um Curso Ginasial no Município de Marilena e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Grigoravicius. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Baena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Ban-

co do Estado do Paraná S.A., no sentido de que determine estudos visando a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Cruz Machado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Jr. constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à atual administração da Agência do Banco do Brasil S/A, de Francisco Beltrão, bem como, seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil e ao Sr. Diretor da 6.ª Região do Banco do Brasil, no sentido de que seja criada brevemente uma agência no Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando que encaminhe com urgência a Esta Casa, a Mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual, e que este benefício seja concedido com a vigência a partir do mês de agosto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Moura de Andrade, residente no Município de Quitandinha. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Industrial Madeireira do Paraná S/A, de Cascavel, pelo transcurso do Jubileu de Prata de suas atividades. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 6, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 216-69 e 207-70.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 122-72, 200-72, 206-72 e 214-72.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 154-71, 217-72 e 109-73.

Fica também marcada uma Sessão Extraordinária para a próxima segunda-feira, dia 6, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 144-73.

Levanta-se a Sessão.